



## Saberes ancestrais e medicina popular: um Levantamento Etnobotânico das plantas medicinais usadas pela aldeia Payayá em Utinga-BA

Santana, K. M. O.<sup>1</sup>; Santos Filho, C. R. R.<sup>2</sup>; Gama, J. A.; Oliveira, G. T.; Lima, L. L. B.; Fica Piras, P. R.<sup>3</sup>

<sup>1,3</sup> PET/MEC Engenharias – PET.Engs <sup>4</sup> – <sup>1,3</sup> Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

<sup>2</sup> Universidade de Brasília – UnB

<sup>1</sup> [kmirelle.ovs@gmail.com](mailto:kmirelle.ovs@gmail.com), <sup>3</sup> [pafipi@uefs.br](mailto:pafipi@uefs.br), <sup>4</sup> [petengsuefs@gmail.com](mailto:petengsuefs@gmail.com)

**RESUMO:** O estudo objetivou realizar um levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas na aldeia indígena Payayá, localizada na comunidade de Cabeceira do Rio em Utinga, Bahia e contrastar as espécies identificadas com a legislação sanitária vigente. A pesquisa baseou-se tanto em entrevistas com o aldeão detentor de saberes ancestrais como na sistematização das espécies mencionadas, seguida por revisão bibliográfica em bases especializadas e análise regulatória. Foram identificadas 61 espécies com uso medicinal, distribuídas em 28 famílias botânicas, destacando-se Fabaceae e Asteraceae. Destas, 47 espécies (77%) apresentaram comprovação científica de propriedades terapêuticas, enquanto 11 (18%) ainda carecem de validação. Algumas espécies tóxicas também foram registradas, evidenciando a importância do uso responsável. Os resultados demonstram forte convergência entre o conhecimento tradicional e a literatura científica, ressaltando a relevância dos saberes indígenas na conservação da biodiversidade e na prospecção farmacológica. Em contraste, a análise legal evidenciou uma lacuna regulatória onde apenas cerca de 10% das espécies estão autorizadas para o preparo de chás. Logo, o estudo fornece dados que possibilitam validação sanitária, já que ressalta alta comprovação científica e baixo reconhecimento legal, e reforça a necessidade de políticas públicas que valorizem e integrem o conhecimento tradicional aos sistemas de inovação em alimentos e saúde.

**Palavras-chave:** Biodiversidade; Bioeconomia; Conservação Ambiental; Saberes Tradicionais

### Ancestral Knowledge and Folk Medicine: an Ethnobotanical Survey of Medicinal Plants used by the Payayá Village in Utinga, Bahia

**ABSTRACT:** The study aimed to conduct an ethnobotanical survey of medicinal plants used in the Payayá indigenous village, located in the Cabeceira do Rio community in Utinga-Bahia, and to contrast the identified species with current health legislation. The research was based on interviews with the local villager holder of ancestral knowledge and the systematization of the mentioned species into a spreadsheet, followed by a bibliographic review in specialized databases and regulatory analysis. A total of 61 species with medicinal use were identified, distributed across 28 botanical families, with Fabaceae and Asteraceae being the most representative. Of these, 47 species (77%) had scientific evidence of therapeutic properties, while 11 (18%) still lack validation. Some toxic species were also recorded, highlighting the



21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025  
XXX ENAPET

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

importance of responsible use. The results demonstrate a strong convergence between traditional knowledge and scientific literature, emphasizing the relevance of indigenous knowledge in biodiversity conservation and pharmacological research. In contrast, the legal analysis revealed a regulatory gap, indicating that only about 10% of the species are authorized for use in tea preparation. Therefore, the study provides data that enables regulatory validation, as it highlights high scientific evidence yet low legal recognition, and reinforces the need for public policies that value and integrate traditional knowledge into food and health innovation systems.

**Keywords:** Biodiversity; Bioeconomy; Environmental Conservation; Traditional Knowledge

### Introdução

A etnobotânica pode ser definida como o estudo que trata das interações entre os seres humanos e as plantas, abordando as diversas formas de utilização desses recursos naturais (Alcorn, 1995). Assim, o resgate etnobotânico e a valorização dos conhecimentos empíricos possibilitam compreender as formas de uso e a relação do ser humano com a vegetação, além de resgatar saberes tradicionais e seus potenciais de aplicação. Esses estudos também contribuem para o registro da diversidade florística local, das práticas de manejo e das categorias culturais associadas ao uso das plantas (Ferreira *et al.*, 2020).

O uso de plantas representa uma das formas mais antigas de manejo dos recursos naturais pelo ser humano, abrangendo tanto a alimentação quanto o tratamento de enfermidades. O conhecimento tradicional, construído a partir da observação e da experiência acumulada ao longo do tempo, reflete essa relação. As comunidades indígenas, em especial, contribuem com saberes e perspectivas próprias, desenvolvidas localmente por meio de suas práticas de uso e manejo dos recursos naturais (Mojica, 2018).

Os estudos etnobotânicos se destacam por reunir a maior quantidade de pesquisas voltadas ao uso de plantas medicinais por comunidades tradicionais (Diegues, 2005). De acordo com a Organização Mundial da Saúde, planta medicinal é aquela que possui substâncias com propriedades terapêuticas em alguma de suas partes (como folhas, flores, raízes ou cascas), capazes de produzir efeitos benéficos no organismo humano, sendo utilizadas no tratamento, prevenção ou alívio de doenças e sintomas.

A pesquisa sobre o uso de plantas medicinais entre os povos indígenas desempenha um papel fundamental na valorização dos saberes tradicionais, culturais e rituais. Essas comunidades detêm um vasto conhecimento sobre as propriedades terapêuticas das plantas presentes em seus territórios, construído ao longo dos séculos por meio de práticas, rituais e de uma profunda relação espiritual com a mata e o universo cosmológico (Padilha, 2024).



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)  
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte  
70910-900, Brasília - DF





## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

O registro dos saberes tradicionais é indispensável, pois as informações sobre o uso empírico das plantas estão sob ameaça de desaparecimento. Soma-se a isso o risco de extinção que muitas das espécies empregadas nas práticas de cura enfrentam na atualidade (Dutra, 2009). A etnobotânica tem se consolidado como uma importante área de estudo tanto no Brasil quanto em outros países, buscando resgatar e valorizar o conhecimento popular sobre as plantas, seus diferentes usos e, em especial, suas aplicações medicinais (Leite *et al.*, 2015).

O consumo de produtos vegetais no Brasil e, por consequência, sua comercialização, é regulamentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Segundo ela, as plantas medicinais utilizadas em forma de chás podem ser regularizadas tanto como alimentos, chamados chás alimentícios, quanto como medicamentos fitoterápicos, chamados chás medicinais (Brasil, 2022).

A venda dos chás alimentícios em diversos formatos ocorre em supermercados (Brasil, 2022). Esses produtos estão enquadrados na Instrução Normativa - IN nº 281, de 22 de fevereiro de 2024 nos alimentos isentos da obrigatoriedade de registro e para serem comercializados necessitam apenas da comunicação de início de fabricação à autoridade sanitária local através do protocolo do formulário do Anexo XI da Instrução Normativa nº 281/2024 (Brasil, 2024), pois não possuem indicação terapêutica (Lima, 2014).

Os chás medicinais, por sua vez, podem ser registrados de duas formas distintas, enquanto Medicamento Fitoterápico (MF) ou Produto Tradicional Fitoterápico (PTF). Os MF são autorizados da mesma forma que outros medicamentos; é necessário demonstrar segurança e efeitos esperados em seres humanos e animais por meio da apresentação de estudos. Já os PTF são autorizados após demonstrar segurança e efetividade através da apresentação de dados sobre o uso pela população por no mínimo 30 anos (Brasil, 2024).

Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo realizar um levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pela comunidade indígena Payayá, em Utinga (BA), visando elucidar as propriedades terapêuticas atribuídas às espécies tradicionalmente empregadas, contrastar os achados com a legislação brasileira e contribuir para o registro e valorização dos saberes culturais a partir da facilitação da validação sanitária.

### **Método**

A Aldeia Payayá de Utinga está localizada na cabeceira do Rio Utinga, no município de Utinga, estado da Bahia, dentro do Território de Identidade da Chapada Diamantina, nas coordenadas 12°01'43''.57 latitude Sul e 41°03'46''.00 longitude Oeste. A comunidade, estabelecida em 2019 após a reconquista de um território cedido pelo governo do estado da



21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025  
XXX ENAPET

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

Bahia, atua na recuperação de áreas degradadas, com foco na bacia do Rio Utinga, através de viveiros de mudas nativas e medicinais.

A metodologia utilizada para o levantamento das plantas medicinais na Aldeia Payayá envolveu várias etapas sistemáticas. Inicialmente, uma entrevista foi conduzida com o aldeão Otto Payayá, com o objetivo de coletar informações sobre as plantas utilizadas para fins medicinais. Posteriormente, o líder enviou, por meio de um aplicativo de mensagem, informações adicionais sobre outras plantas que não haviam sido mencionadas durante a entrevista presencial. Em seguida, os dados obtidos foram organizados em uma planilha no Excel, onde foram sistematizados em um quadro contendo o nome popular da planta, o nome científico e a família botânica correspondente.

Após essa etapa inicial, foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando bases de dados especializadas em botânica e fitoterapia, bem como em repositórios acadêmicos amplamente aceitos, como Scielo, Google Scholar, além de bancos de dados específicos como o Trópicos e o Flora do Brasil. O objetivo dessa revisão foi verificar quais nomes científicos das plantas identificadas já possuíam estudos que comprovem seu potencial medicinal. Essa análise permitiu a divisão das plantas em dois quadros distintos: um para aquelas com potencial medicinal comprovado e outro para aquelas que, até então, eram utilizadas apenas para rituais e careciam de estudos científicos para validar seu potencial terapêutico. Ambos os quadros detalharam o nome popular das plantas, o tipo de uso e qual parte da planta era utilizada para esses fins.

Por fim, foi realizada uma análise da legislação sanitária brasileira para chás de ervas medicinais e um contraste regulatório entre o resultado do levantamento etnobotânico e as normas vigentes, observando-se que a forma mais simples para comercialização das plantas medicinais seria a partir do atendimento das normas aplicadas para chás alimentícios.

Assim sendo, compararam-se as 61 espécies identificadas com a legislação sanitária federal mais recente para alimentos, especificamente a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 716, de 1º de julho de 2022, onde estão dispostos os requisitos sanitários do café, cevada, chás, erva-mate, especiarias, temperos e molhos e os anexos I e II da Instrução Normativa - IN nº 159, de 1º de julho de 2022 e suas revisões onde se encontra a lista das partes vegetais autorizadas para o preparo de chás.

Essa abordagem metodológica possibilitou uma compreensão mais ampla das práticas e saberes tradicionais da Aldeia Payayá, destacando não apenas o uso ancestral das plantas, mas também apontando caminhos para futuras pesquisas que possam aprofundar o conhecimento sobre suas propriedades medicinais e terapêuticas.



## Resultados e Discussão

O levantamento etnobotânico realizado pelo PET Engenharias em colaboração com o aldeão conhecedor das ervas na aldeia Payayá de Cabeceira do Rio, no município de Utinga, documentou 61 plantas que são comumente usadas para fins medicinais na cultura tradicional desta comunidade. Dessas, 47 espécies, cerca de 77%, apresentaram evidências científicas (artigos, teses e dissertações) que corroboram, mesmo que em diferentes níveis, seus usos na medicina popular e tradicional dessa comunidade. Este alto percentual de correspondência entre o conhecimento dos Payayá e o amplo estudo realizado na academia reforça a importância da valorização do conhecimento tradicional indígena e como os recursos genéticos vegetais usados e preservados por esses povos compõem um importante repositório de conhecimento farmacológico. Na lista de espécies citadas, foram observadas 28 famílias botânicas, evidenciando a agrobiodiversidade de organismos vegetais usados e preservados no território da aldeia. Foi identificada a predominância das famílias Fabaceae e Asteraceae, que apresentaram respectivamente 11 e 8 espécies; as outras famílias apareceram, mas em menor número de espécies.

A análise do nível de evidências disponíveis revelou que a maioria das espécies com "comprovação científica" é baseada essencialmente em investigações pré-clínicas. Entretanto, algumas plantas, como *Maytenus ilicifolia* (espinheira santa) e *Mikania glomerata* (guaco), que são frequentemente mencionadas pelo aldeão Payayá em contextos de usos terapêuticos, já possuem estudos de casos clínicos que atestam sua eficácia. Esta convergência entre o uso tradicional relatado na aldeia e a comprovação científica ressalta a importância dos conhecimentos de povos tradicionais que, através de séculos de observação e experimentação, identificaram propriedades terapêuticas.

Um aspecto crítico identificado nas plantas citadas refere-se a três espécies que nas pesquisas realizadas foram identificadas como tóxicas, todas mencionadas pelo aldeão com indicações de uso e preparo específico, sendo elas Cipó Maríli (*Abrus precatorius*), Buchinha (*Luffa operculata*) e Mamica de Cadela (*Zanthoxylum rhoifolium*), isso destaca a necessidade de cautela quanto à utilização de plantas medicinais.

Por fim, foram identificadas 11 espécies (18%) sem comprovação científica que representam, de certo modo, tanto um desafio quanto um ponto norteador para a pesquisa farmacológica. Estas plantas, que fazem parte do dia a dia dos indígenas Payayá mas que ainda não foram submetidas à investigação científica, constituem um importante campo promissor para futuros trabalhos acadêmicos. Os resultados obtidos neste levantamento reforçam a importância de parcerias colaborativas entre comunidades tradicionais e instituições acadêmicas, em que o saber tradicional não seja apenas objeto de estudo, mas sim um participante ativo no processo de construção de conhecimento, promovendo a valorização dos saberes de povos tradicionais.



## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

A análise legal, através da comparação entre o resultado do levantamento etnobotânico e a lista de partes vegetais autorizadas para o preparo de chás, dimensionou um grande desafio legal com uma disparidade onde, entre as 61 espécies documentadas, apenas cerca de 10% (6 espécies) possuem autorização para o devido fim, enquanto o levantamento etnobotânico encontrou evidência científica para 77% delas. Esse fato evidencia a importância do levantamento no papel de sustentação da ampliação da lista positiva de espécies pela Anvisa.

### Conclusões

Assim, pode-se concluir que este estudo demonstra, de maneira clara, a notável correlação entre o conhecimento tradicional da aldeia Payayá de Cabeceira do Rio e os estudos científicos realizados com plantas medicinais, uma vez que 77% das plantas documentadas apresentaram comprovação farmacológica que corrobora seu uso tradicional. Ademais, o registro dos saberes Payayá se mostra indispensável para que esse conhecimento ancestral possa ser pleiteado legalmente junto aos órgãos reguladores, levando em consideração que a análise regulatória revelou que o maior desafio é a facilitação da comercialização das plantas para uso como chás no mercado. Além disso, o conhecimento etnobotânico Payayá acerca do uso de plantas medicinais reforça o valor indispensável dos saberes indígenas para a bioeconomia e a descoberta de alimentos e medicamentos. Estes achados, por sua vez, sustentam a urgente necessidade de políticas que integrem a proteção do conhecimento tradicional aos sistemas de inovação em alimentos e saúde, reconhecendo essas comunidades não como meras detentoras de informações, mas como parceiras e protagonistas essenciais no desenvolvimento de fitoterápicos. Por fim, a conservação e valorização deste patrimônio biocultural representam não apenas uma dívida histórica, mas um investimento estratégico para a soberania nacional tanto na pesquisa quanto no uso dos recursos genéticos vegetais.

### Agradecimentos

Agradecemos a Otto Payayá e demais aldeões em Utinga, pela parceria e confiança em compartilhar seus saberes. Ao MEC pelo financiamento em bolsas e bens de consumo. À Universidade Estadual de Feira de Santana, em particular às Pró-Reitorias de Extensão, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Graduação, pelo apoio institucional em estrutura e financiamento que possibilitam a realização desta e de outras atividades do grupo PET.Engs. A participação de todos foi fundamental para um processo efetivo de construção coletiva do conhecimento e para o fortalecimento das relações entre universidade e comunidade.



## Referências

ALCORN, Jane B. The scope and aims of ethnobotany in a developing world. In: SCHULTES, R. E.; REIS, S. V. (Ed.). **Ethnobotany: evolution of a discipline**. Cambridge: Timber Press, 1995.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais** [Cartilha]. Brasília, DF: Anvisa, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf>. Acesso em: 08 out. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 716, que dispõe sobre os requisitos sanitários do café, cevada, chás, erva-mate, especiarias, temperos e molhos**. [Resolução]. Brasília, DF: Anvisa, 2022. Disponível em: [https://anvisa.gov.br/legis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000716&seqAto=002&valorAno=2022&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod\\_menu=1696&cod\\_modulo=134&pesquisa=true](https://anvisa.gov.br/legis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000716&seqAto=002&valorAno=2022&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&cod_modulo=134&pesquisa=true). Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Instrução Normativa IN nº 159, que estabelece as listas das partes de espécies vegetais autorizadas para o preparo de chás e para o uso como especiarias**. [Instrução Normativa]. Brasília, DF: Anvisa, 2022. Disponível em: [https://anvisa.gov.br/legis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=INM&numeroAto=00000159&seqAto=000&valorAno=2022&orgao=ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod\\_menu=1696&cod\\_modulo=134&pesquisa=true](https://anvisa.gov.br/legis/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=INM&numeroAto=00000159&seqAto=000&valorAno=2022&orgao=ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&cod_modulo=134&pesquisa=true). Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Webinar Novas Regras para Regularização de Alimentos e Embalagens** [Apresentação em *PowerPoint*]. Brasília, DF: Anvisa, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/educacaoepesquisa/webinar/alimentos/arquivos/WebinarNovasRegraspararegularizaodealimentosesebalagens.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos. **El mito moderno de la naturaleza intocada**. São Paulo: NUPAUB, 2005.

DUTRA, M.G. **Plantas medicinais, fitoterápicos e saúde pública: um diagnóstico situacional em Anápolis, Goiás, Brasil**. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente). Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica. Anápolis. 2009. Disponível em:



21 A 23 DE NOVEMBRO DE 2025  
XXX ENAPET

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS:  
DESAFIOS ÉTICOS PARA O SÉCULO XXI

<https://unievangelica.edu.br/gc/imagens/file/mestrados/dissertacaoMariadaGloria.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

FERREIRA, André Luís de Souza; PASA, Maria Corette; NUNEZ, Cecilia Veronica. A etnobotânica e o uso de plantas medicinais na Comunidade Barreirinho, Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 4, p. 817–830, 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1924>. Acesso em: 6 out. 2025.

LEITE, I. A; *et al.* A Etnobotânica de Plantas Medicinais no Município de São José de Espinharas, Paraíba, Brasil. **Revista Biodiversidade** - V.14, N1, 2015 - págs. 22-30. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/2249>. Acesso em: 6 out. 2025.

LIMA, L. O.; GOMES, E. C. Alimento ou medicamento?: Espécies vegetais frente à legislação brasileira. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 771-782, set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/fPbSXBH8TsWkC3XXdFLhNz/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

MOJICA, J. B. **Uso de Plantas Alimentícias e Medicinais na Comunidade Indígena Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos – Município de Pacaraima/Roraima**. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais). Universidade Federal de Roraima. Boa Vista – RR, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/bitstream/prefix/481/1/Uso%20de%20plantas%20aliment%C3%ADcias%20e%20medicinais%20na%20Comunidade%20Ind%C3%ADgena%20Nova%20Esperan%C3%A7a%20Terra%20Ind%C3%ADgena%20S%C3%A3o%20Marcos...%20Mojica.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025

PADILHA, A. **O uso das plantas medicinais nas comunidades Indígenas brasileiras: Uma revisão de literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso em Odontologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/255592/Trabalho%20de%20Conclus%C3%A3o%20de%20Curso%20em%20Odontologia%20Aline%20Padilha.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 6 out. 2025.



XXX ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)  
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte  
70910-900, Brasília - DF

